

DEBATER
A EUROPA

20

jan-jun 2019

EUROPA — UMA CASA COMUM?
EUROPE — A COMMON HOUSE?

A cultura como pertença – da nação à casa comum europeia?

*The culture as belonging – from the nation
to the European common house?*

Conceição Meireles Pereira

Faculdade de Letras – Universidade do Porto / CEPES

mcoelho@letras.up.pt

Resumo

Este texto começa por propor uma reflexão sobre a cultura como forma de unidade da Europa nos últimos três séculos, não obstante o surgimento do fenómeno do nacionalismo cultural, e as cogitações dos intelectuais a propósito da “cultura europeia”. Esta questão tem sido valorizada no quadro da União Europeia, que simultaneamente visa promover as singularidades identitárias nacionais, numa equação complexa que pretende compatibilizar a diversidade na unidade. Colocam-se, pois, ao presente, desafios que vão da demanda da “alma europeia” ao fomento do diálogo intercultural, assentes na convicção de que a cultura constitui um fator de comunhão indispensável à “casa europeia”.

Palavras-chave: cultura europeia, identidades nacionais, interculturalidade, políticas culturais, “casa europeia”.

Abstract

This paper begins by proposing a reflection on culture as a form of European unity in the last three centuries, notwithstanding the emergence of the phenomenon of cultural nationalism, and the cogitations on the subject of “European culture”. This issue has been valued in the framework of the European Union, which simultaneously seeks to promote national identity singularities, in a complex equation that seeks to make diversity compatible with the unity. Present challenges range from the demand of the “European soul” to the promotion of intercultural dialogue, considering that culture is an indispensable factor of communion in the “European house”.

Keywords: European culture, national identities, intercultural dialogue, cultural policies, “European house”.

Participo neste Encontro com o maior gosto, em resposta e agradecimento ao convite da Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro. Os meus estudos focam-se na História Contemporânea e a experiência profissional na docência universitária em Portugal. Assim, esta é uma abordagem histórica, mas que não pretende confinar-se ao passado, e parte da premissa que ele é sucessivamente revisitado, convocado em função de urgências do presente, explicando apropriações e representações de diversa natureza, atitudes de adesão ou de resistência, passividade ou pro-atividade, entusiasmo ou desencanto.

No título do presente texto é evocado o tema geral deste Colóquio – casa comum europeia – mas menciona-se também a nação. A abordagem não é nova, dir-se-á que sobre esta eventual contradição tem assentado vasta reflexão que se debruça sobre o complexo relacionamento entre o Estado-Nação e o Estado-União, numa aceção preeminente política, ou entre a(s) nacionalidade(s) e a “europeidade”, numa significação predominantemente cultural. Este percurso é visto como projeto, aspiração, utopia, não obstante as décadas que leva de construção o edifício da União Europeia.

Como é consabido, é na cultura que radica o conceito de Europa, cujas origens e metamorfoses se articulam com o legado greco-latino e o Cristianismo, pilares fundamentais que sustentaram a chamada “cultura ocidental”.

Num plasma de universalismo filosófico e cosmopolitismo cultural, o Iluminismo sonhou com a república europeia das letras, invocada sobretudo para sublinhar uma hegemonia eurocêntrica, que todavia não escondia diferenciações internas flagrantes, com fronteiras culturais que passavam pela religião, a política, a ciência e, inexoravelmente, pela economia, entre o Norte protestante, laborioso e liberal, e o Sul católico, refratário à inovação ideológica e científica. Equilíbrio entre as nações do Sul e as do Norte lhe chamou Montesquieu, na obra *Do Espírito das Leis* (1748), num quadro racionalista-determinista. Em contextos e discursos diversos, ao longo dos tempos proceder-se-ia à reelaboração destas diferenças; no discurso historiográfico, por exemplo, Braudel empregou as metáforas da “Europa da carroça” e da “Europa do vapor”, e na própria Comunidade Económica Europeia falou-se da “Europa a duas velocidades”.

Na falência do dogmatismo racionalista das Luzes, a Europa reinventou-se – como já o fizera no passado, e o presente a impele a fazê-lo novamente – e a revolução romântica reabilitou as tradições, o vernáculo, o histórico. Eduardo Lourenço sublinhou que no século XIX assistiu-se ao fenómeno do nacionalismo cultural, que “só podia surgir quando a cultura ascendeu a componente, e componente *essencial* da intensidade nacional”¹.

Nesta conformidade, a realidade da nação é substancialmente diferente antes e depois do século XIX; para alguns, a modernidade criou “comunidades imaginadas”²,

1 LOURENÇO, Eduardo - Nacionalistas e Estrangeirados. In GASPAR, Jorge [et al.] (org.) – *Portugal e a Europa. Identidade e Diversidade*. Porto: ASA, 1991. ISBN 972-41-0753-1, p. 100.

2 ANDERSON, Benedict - *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. 2nd Edition. London / New York: Verso, 1991. ISBN 0-86091-546-8.

uma autoconsciência da população como grupo nacional moldada pela partilha em massa de perceções e interpretações veiculadas pela força do Estado; as gradações e naturezas do nacionalismo são múltiplas, havendo quem liminarmente o identifique com a guerra, experiências a que a Europa ficou indelével e dolorosamente ligada no século XX.

Mas o nacionalismo cultural, para além da ontologia do ser coletivo, ensinou sobretudo que todos os povos são singulares, e essa singularidade é um valor patrimonial inalienável.

Ao agigantamento da centralização do Estado, contrapôs-se, na centúria de Oitocentos, o princípio federativo, que elegia a Federação como a melhor forma de organizar pequenos Estados segundo as suas leis, usos e costumes próprios. Neste seguimento, alguns acalentaram a utopia dos Estados Unidos da Europa, sobre as bases do pacifismo, reelaborando a aspiração de paz perpétua. Renan chamou-lhe “confederação europeia”.

Vítor Hugo aliou à “irmandade europeia” uma união cultural do Ocidente, como denunciam as suas palavras no Congresso Internacional da Paz, em Paris, no ano de 1849: “Um dia virá em que veremos [...] os Estados Unidos da América e os Estados Unidos da Europa face a face, procurando-se para lá dos mares”³.

Postulava-se o princípio da liberdade dos povos, o respeito pela sua autonomia como garante da paz, mesmo quando essa autonomia se inscrevia em vínculos de associação ou federação, isto é, em formas de organização supranacional. Assim, nenhuma associação poderia vingar sem a aceitação das diferenças, e só pelo esguardo das singularidades se alcançaria a união, buscando o equilíbrio da diversidade num certo tipo de unidade.

Ortega y Gasset, nos anos 1930, abordou as pluralidades nacionais europeias de forma moderna, quase instrumentalista, afirmando que o “caráter nacional” não “é um dom inato, mas um fabrico”, e ainda “a nação não nasce, faz-se”, *surpreendendo-se* com a “incompreensão mútua” em que os povos do Ocidente haviam caído nos últimos cinquenta anos nestes termos: “Porque a Europa foi sempre como que uma casa, onde as famílias nunca vivem separadas, antes misturam a toda a hora a sua existência doméstica. Estes povos, que agora se ignoram tão gravemente, brincaram juntos quando crianças nos corredores da grande mansão comum”⁴.

Com efeito, essa Europa dominante, foco maternal de poder e saber, atravessaria no século XX crises profundas de civilização, mormente suscitando duas guerras mundiais que muitos perseveraram em designar guerras civis europeias.

A decadência após o primeiro destes conflitos foi tratada por numerosos autores, alguns particularmente polémicos, como George Sorel, ambíguo e exaltado, que criticou a razão e a democracia, ou ainda Oswald Spengler, cuja obra, *O Declínio do Ocidente*

3 *Apud* SANDE, Paulo de Almeida - *Estados Unidos da Europa*. [Em linha]. Euroogle. Dicionários. Outubro de 2017 [10.4.2018]. Disponível em <<http://euroogle.com/dicionario.asp?definicao=1004>>.

4 GASSET, Ortega y - Epílogo para Ingleses [1938]. In *A Rebelião das Massas*. Lisboa: Relógio d'Água, 1989, p. 180 e 182.

(1918), recusava a progressão em linha reta da história, substituindo-a pela teoria dos ciclos sob influência do eterno retorno de Nietzsche, e permaneceu como um marco nos debates da época, arregimentando apoiantes e detratores. Durkheim falou então da anomia como doença social, do colapso da crença e da moral que geravam desilusão e desencanto. Já a grande obra do historiador britânico Arnold Toynbee, *A Study of History*, estudava em doze volumes, publicados antes da II Guerra Mundial, o processo de nascimento, crescimento e queda das civilizações sob uma perspectiva global e evidenciava a angústia da Europa que entrava então num “tempo de dificuldades”. Também o ensaio filosófico de Ralph Tyler Flewelling, *The Survival of Western Culture. An Inquiry into the problem of its Decline and Resurgence*, publicado pouco depois⁵, examinava as bases e tendências da civilização europeia-americana, mas, ao contrário de Spengler, revelava uma perspectiva mais otimista.

Definitivamente, a questão da decadência ocidental generalizou-se: “O declínio da Europa, ou do Ocidente: quantos europeus, e não só historiadores como Spengler e Toynbee, nem apenas alemães, repisaram este tema antes, entre e depois das duas guerras mundiais. [...] Pessoas que se acharam epígonos, testemunhando o fim de uma era, ou talvez de uma civilização”⁶.

No pós-II Guerra Mundial, a reflexão sobre a crise civilizacional democratizou-se, como é exemplo a série de conferências radiodifundidas na Grã-Bretanha sobre o tema “The Challenge of our Time”, com a participação de eminentes pensadores e cientistas. Revestindo-se todas as comunicações de grande interesse, a tónica era posta em quatro dimensões: a moral, a ciência, a economia e a política. Por exemplo, E. L. Woodward, professor de História em Oxford, no texto *Has all this happened before?* defendia que a crise do seu tempo parecia mais séria dos que as anteriores pelo facto de haver uma consciência generalizada da possibilidade de calamidade total⁷. Por sua vez, o químico Michael Polanyi, um húngaro de nascimento que em 1933 abandonara a Alemanha, onde ensinava, em protesto contra a legislação antisemita, encontrando-se então a lecionar Estudos Sociais em Manchester, já que era um dos mais reputados cientistas interessado na relação entre a ciência e a sociedade, confessava que já não acreditava que os problemas do mundo moderno pudessem ser resolvidos pela ciência; nessa palestra, sugestivamente intitulada *Can Science bring Peace?*, afirmava: “A condição essencial para o governo livre mundial consiste no estabelecimento de confiança entre as nações [...], e a grande questão é em que bases tal confiança pode assentar. Este é o problema decisivo”⁸.

5 FLEWELLING, Ralph Tyler - *The Survival of Western Culture. An Inquiry into the problem of its Decline and Resurgence*. New York / London: Harper & Brothers Publishers, 1943.

6 BAUMER, Franklin L. - *O Pensamento Europeu Moderno. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 281.

7 *The Challenge of our Time: a series of essays*. London: Percival Marshall, 1948, p. 21.

8 *The Challenge of our Time: a series of essays*. London: Percival Marshall, 1948, p. 42.

Colocando-se a utopia pró-federativa com maior acuidade nos momentos de crise, da Europa em ruínasurgia sair uma reconstrução europeia com novas fundações. Tal realização passava pela crença na capacidade de autorregeneração europeia, embora as leituras variassem de gradação quanto à problematização do mito europeu.

A visão do suíço Denis de Rougemont fundava-se na convicção da função universalizadora de uma Europa, que descobrira, dominara e influenciara a civilização universal. Partidário fervoroso do federalismo, numa das suas muitas obras sobre a Europa lembrava que, a qualquer momento, qualquer um dos Estados europeus podia perder ou ter de ceder a sua soberania, mas numa união da Europa nunca se perderia a “alma europeia”, sairia até fortalecida, pois esse seria “o único poder capaz de salvaguardar” a entidade nacional e regional, as diferentes maneiras de ser, o direito de cada povo a permanecer igual a si próprio⁹.

Edgar Morin pensou também a Europa, questionou a história e culturas europeias, evidenciando a unidade múltipla e complexa, mas recusou a retórica fácil: “A Europa é uma ideia vaga, provém do caos, com fronteiras mal definidas, de geometria variável, sofrendo deslizos, ruturas, metamorfoses”; assim, ao buscar um destino comum, devia-se “estudar justamente aquilo que tem de incerto, confuso e contraditório, a fim de tentar extrair a identidade complexa”¹⁰.

Mais recentemente, Gorge Stein, em *A Ideia de Europa*, publicada em 2004, lembrava que os “ódios étnicos, o nacionalismo chauvinista, as reivindicações regionais têm sido o pesadelo da Europa”, enquanto o seu “génio” reside na “diversidade linguística, cultural e social”. Nesta conformidade, afirmava: “A Europa morrerá efetivamente, se não lutar pelas suas línguas, tradições locais e autonomias sociais”¹¹. Por isso formulava um problema que considerava prioritário e urgente, para o qual, no entanto, admitia não saber a resolução: “Mas como se poderão equilibrar as proposições contraditórias da unificação económico-política com aquelas da particularidade criativa? Como poderemos dissociar uma riqueza salvífica de diferenças da longa crónica de ódios mútuos? Não sei a resposta. Só sei que aqueles mais sábios do que eu têm de a encontrar, e que a hora é tardia”¹².

Com efeito, para lá da Europa dos Estados e das Regiões, impõe-se com premência a Europa dos Europeus. Parte-se da ideia da Europa da diversidade mas com unidade suficiente para assumir uma consciência europeia comum. No entanto, essa cultura ancestral, esse legado civilizacional, essa vocação universal, tão reiteradamente evocados, se bem que nos últimos anos intensamente contestados por escolas historiográficas extraeuropeias mas também internas, não prescindem de novas formas de identificação coletiva.

9 ROUGEMONT, Denis - *Europa como probabilidade*. Madrid: Taurus Editiones, 1963, p. 10.

10 MORIN, Edgar - *Pensar Europa*. Barcelona: Edicions 62, 1989. ISBN 84-297-2891-0, p. 27.

11 STEIN, George - *A Ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva, 2007. ISBN 978-989-616-022-7, p. 48-49.

12 STEIN, George - *A Ideia de Europa*, p. 50.

Há que buscar um sentido comum. *Mutatis mutandis*, se Massimo d’Azeglio afirmou em meados de oitocentos “Nós fizemos a Itália; agora temos de fazer os italianos”¹³, também se tem indagado, nos últimos decénios, como fazer europeus.

Os intelectuais afirmam há décadas que existe uma “alma europeia”. E os pais fundadores da Europa, como Robert Schuman em *Pour l’Europe* (1960), acreditava que a consciência europeia, mais do que um corpo comum, necessitava de uma alma comum, afirmando que a Europa devia conceber uma alma¹⁴.

Todavia, essa aspiração mantém-se ou, pelo menos, carece de reforço, mercê do alargamento da União Europeia. Isto é, recentemente tem-se insistido na necessidade de dar uma alma à Europa. Esse foi o lema do Encontro de Berlim, em novembro de 2004, que evocou a sua herança espiritual e valores comuns.

Por sua vez, os “Encontros para a Cultura na Europa”, em Paris, no ano de 2005, reuniram oito centenas de personalidades de todos os países da União Europeia, com o fito de “afirmar a dimensão cultural da Europa”, produzindo uma “Declaração a Favor de uma Carta de Intenções para a Europa e a Cultura”. Projeto lento, como o seu próprio nome indica.

Só em 2008 – escolhido para Ano Europeu do Diálogo Intercultural – se tentou concretizar parte dessa carta, numa conjuntura de crise, sob o lema “Juntos na Diversidade”. A informação oficial reconhecia “que a grande diversidade cultural europeia representa uma vantagem única”, pelo que se encorajava “todos os que vivem na Europa a explorar os benefícios da nossa riqueza cultural e a oportunidade de aprender com as diferentes tradições culturais”. Concretamente, o Ano Europeu do Diálogo Intercultural integrava-se nos três grandes objetivos apresentados pela Comissão Europeia, em maio de 2007, com vista a definir uma Agenda Europeia para a Cultura, designadamente: a promoção da diversidade cultural e diálogo intercultural; a promoção da cultura como catalisador para os objetivos da estratégia de Lisboa; e a promoção da cultura como elemento vital nas relações internacionais da UE.

“O alargamento, a livre circulação de trabalhadores e a globalização, alargaram o carácter multicultural de muitos países – número de línguas, religiões, etnias e culturas” pelo que a Europa se tornava “cada vez mais um espaço de diversidade cultural”. Nesta conformidade, acreditava-se que o diálogo intercultural dava “mais significado ao papel da identidade e cidadania europeia¹⁵”.

Com a intensificação de fenómenos como a imigração e a globalização em geral, a casa europeia tem-se aberto à multiculturalidade pelo que torná-la “casa comum” constitui um desafio crescente, não se encontrando outra via senão o diálogo intercultural em busca da

13 *Apud* HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.) - *A Invenção das Tradições*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra. ISBN 85-219-0188-7, p. 275.

14 *Apud* BALTAZAR, Isabel - O “Espírito Europeu”. Fundamentos para uma Europa Unida. O contributo dos Encontros Internacionais de Genebra (1946). *Lusitana, História*. Lisboa: Universidade Lusitana Editora. ISSN 0873-1330. 2007/v. 2: nº 4, p. 105.

15 *Eurocid. 2008 - Ano Europeu do diálogo intercultural* [Em linha].

identidade e cidadania europeias. Segundo várias opiniões, o conceito de tolerância revela já alguma caducidade, exigindo-se alterações profundas pois a efetiva interculturalidade pressupõe mudanças mentais e comportamentais nem sempre conciliáveis com representações inconscientes de hábitos e práticas de um “nacionalismo europeísta banal”, parafraseando Michael Billig¹⁶, rumo a um futuro incerto.

Assim, se o Ano Europeu de 2008 pretendia servir como instrumento para que os “cidadãos europeus e todos os que vivem na União Europeia”, pudessem adquirir “conhecimentos e capacidades que lhes permitam lidar com um ambiente cultural cada vez mais aberto e complexo”, bem como “despertar os cidadãos europeus para a importância de desenvolver uma cidadania europeia ativa”, simultaneamente “respeitadora da diversidade cultural e baseada em valores comuns na União Europeia”, o euro barómetro sobre essa iniciativa indicava: “O sentimento dominante na União Europeia sobre o diálogo intercultural é que é benéfico mas, para muitos também é importante preservar as culturas tradicionais”¹⁷.

Em 2009, por iniciativa do Conselho da União Europeia, foi publicado o livro *Europe: Giving shape to an idea*, uma compilação de excertos de quase trinta pensadores que desde o século XIII até à criação da União Europeia, ou seja, de Dante até Jean Monnet ou Robert Schuman, passando por Saint-Pierre, Kant, Saint-Simon ou Coudenhove-Kalergi, pensaram a Europa unida, prefigurando intenções e instituições hoje existentes. Pena é a sua fraca difusão, a não existência na maioria das bibliotecas escolares, ou de, pelo menos, algumas páginas em linha.

A iniciativa do presente ano de 2018 é a celebração do Ano Europeu do Património Cultural. Como tem sido hábito em eventos anteriores, o AEPC 2018 enquadra-se nos grandes objetivos da promoção da diversidade cultural, do diálogo intercultural e da coesão social, visando chamar a atenção para o papel do património no desenvolvimento social e económico e nas relações externas da União Europeia, que assim “reafirma a importância fundamental da cultura europeia como fator de identidade, de pertença a um espaço, que se quer inclusivo e aberto ao Mundo, mas capaz de se interrogar sobre os seus desenvolvimentos”¹⁸.

Assim, dos “passos curtos” às grandes realizações, as últimas sete décadas demonstram – não sem sobressaltos, evidentemente – um processo que é simultaneamente projeto. Projeto ambicioso que busca “uma conceção de Europa como pátria de valores, direitos e práticas”¹⁹, traves mestras potenciais para sustentar a casa comum europeia. Mas, como

16 BILLIG, Michael - *Banal Nationalism*. Los Angeles / London / New Delhi / Singapore / Washington DC: SAGE, 2010 [1995]. ISBN 978-0-8039-7524-8 ISBN 978-0-8039-7525-5.

17 *Eurocid. 2008 - Ano Europeu do Diálogo Intercultural* [Em linha].

18 *Eurocid. 2018 - Ano Europeu do Património Cultural* [Em linha].

19 MARTINS, Estevão C. de Rezende - Europa: ideia, cultura, projeto – ‘europeidade’ como tarefa e como proposta. In VALENTE, Isabel Maria Feitas (coord.) - *Europa, Atlântico e o Mundo. Mobilidades, Crises, Dinâmicas Culturais. Pensar com Maria Manuela Tavares Ribeiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017. ISBN 978-989-26-1335-2, p. 73.

qualquer casa, está povoada de memórias. Escora-se numa multiplicidade de práticas locais e nacionais que a percorrem dos alicerces até ao topo, pelo que qualquer intervenção pode ter resultados diferentes nas diversas partes. Nesta conformidade, a mobilização do conhecimento é fundamental para informar e enformar as práticas e as políticas públicas europeias, designadamente as culturais.

Sem essa mobilização dificilmente podem gerar-se os efeitos desejados, e, com ela, sabe-se à partida, e apenas, quão difíceis eles são de atingir. As inércias regionais podem constituir entraves aos planos comunitários que no princípio de coesão viram a base da indispensável solidariedade do governo da casa europeia. Contudo, tem de haver vontade política contínua e efetiva para a coesão se tornar uma realidade. E, se os programas de coesão são fundamentais a nível cultural, por outro lado a “UE não tem legitimidade para impor qualquer ato de harmonização das disposições jurídicas e regulamentares dos Estados-Membros no domínio da cultura. Cada Estado-Membro tem a sua própria política cultural e o papel da União Europeia é complementar as políticas a nível nacional, acrescentando-lhes uma dimensão europeia”²⁰.

Vivem-se tempos de encruzilhada, a construção de casa comum europeia, com 500 milhões de pessoas, 28 países e 24 línguas oficiais (além das regionais) constitui um dos maiores reptos do nosso tempo. Dois vetores (entre outros) não podem deixar de ver-se como essenciais: a educação e a política cultural.

A educação é uma tarefa que não pode ser negligenciada pelo comissariado da Educação, Formação, Cultura e Juventude. A par de projetos menos conseguidos, como a Educação Comum Europeia, de que o “Livro Europeu de História” foi apenas um pormenor, talvez pouco feliz, outros têm assumido elevada importância. Desde logo, o programa Erasmus, primeiro grande programa de mobilidade estudantil, que tem favorecido a dimensão europeia do ensino superior; até 2015 tinha abrangido mais de três milhões de estudantes, com particular impacto na troca de ideias, partilha de culturas e difusão do conhecimento. Igualmente auspicioso, revela-se o projeto Europeana (ainda em curso), criado em 2008 com a ambição de ser a plataforma digital da herança cultural europeia, através da qual os cidadãos possam aceder a imagens, texto, som, vídeo e material em 3D de museus, bibliotecas e galerias de toda a Europa. São milhões de itens virtuais, provenientes de milhares de coleções – um recurso didático extraordinário que não deve ser desperdiçado.

Tal como noutros setores, as políticas europeias na área da cultura têm mobilizado montantes vultuosos. É o caso do programa “Europa Criativa”, com uma duração de sete anos (2014-2020) dotado de um orçamento bastante expressivo. Não surpreende que nesta área a burocratização e a ambiguidade imperem, e os lóbis gravitem em torno de Bruxe-

20 *Eurocid. Cultura na UE: enquadramento* [Em linha].

las. Num tempo em que a “empresarialização” domina, e a cultura não é exceção a essa dominação, será, no entanto, fundamental que a política cultural europeia não se converta num instrumento hegemónico de proteção às grandes instituições. Para isso alertou há poucos anos António Pinto Ribeiro, sublinhando que até o termo cultura vinha sendo substituído por outros como “criatividade, redes, indústrias da inovação, cidades criativas, etc.”, acrescentando ainda: “Este léxico de substituição impõe uma amnésia sobre a ideia do que pode ser cultura nos múltiplos contraditórios sentidos, desviando-a para o terreno do consumo e da novidade fugaz”²¹.

Em jeito de conclusão, não será desadequado regressar ao início – ao conceito ou ideia de Europa, múltiplos e mutantes ao longo dos tempos. Não poderá deixar de mencionar-se as recentes interpretações historiográficas, sobretudo provenientes dos *postcolonial e subaltern studies*, produtoras de conceitos *sui generis* como o de “provincializar” a Europa²². Dir-se-ia que os valores universais postulados pela Europa estão na ordem do dia do debate intelectual, discute-se o binómio imposição/apropriação cultural ou o poder de fascínio/rejeição que exerce a civilização ocidental, outrora pujante, hoje vista até como “tóxica”²³. Tal como na Europa, as reivindicações identitárias no mundo seguem o seu curso. E os constrangimentos da conjuntura de crise, que é mundial, não poderão permitir que a Europa perca a oportunidade de aprofundar o diálogo multicultural, resgatar (ou prosseguir, segundo as perspetivas) o seu pensamento crítico.

Um caminho fundamental para a organização interna da casa comum europeia é a cultura, fator também imprescindível nos seus relacionamentos externos. Como todas as casas, a europeia abriga confrontos e tensões, maneiras de ser e convicções, pelo que as janelas que abrir para o exterior passam também pelo diálogo intercultural, optando por responder à arrogância das miradas dos outros pelo reconhecimento crítico das suas próprias. As imagens emitidas de fora podem ser perturbadoras, mas são também enriquecedoras na medida em que provocam a autorreflexão. E, certamente, a grande casa europeia já interiorizou que a qualidade própria está na diferença e não na semelhança.

Artigo Recebido a 1 de maio de 2018 | Aceite a 22 de maio de 2018.

21 RIBEIRO, António Pinto - A Europa precisa de várias políticas culturais. *Público/Ípsilon*, 2 de maio de 2014 [12.4.2018]. Disponível em [www: <URL: https://www.publico.pt/2014/05/02/culturaipsilon/noticia/a-europa-precisa-de-varias-politicas-culturais-333754>](http://www.publico.pt/2014/05/02/culturaipsilon/noticia/a-europa-precisa-de-varias-politicas-culturais-333754).

22 CHAKRABARTY, Dipesh - *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN-13: 978-0-691-04909-ISBN-10:0-691-04909-2.

23 GUILLEBAUD, Jean-Claude - L'Occident en crise. Qu'est-ce qui ne fonctionne plus?. *Le Monde. La Vie. L'Histoire de L'Occident. Déclin ou métamorphose?*. ISBN-10: 2368040242 ISBN-13: 978-2368040249. 2014, Hors-série, p. 168.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict - *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. 2nd Edition. London / New York: Verso, 1991. ISBN 0-86091-546-8

BALTAZAR, Isabel - O “Espírito Europeu” - Fundamentos para uma Europa Unida. O contributo dos Encontros Internacionais de Genebra (1946). *Lusíada, História*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora. ISSN 0873-1330. 2007, v. 2, nº 4, p. 101-117.

BAUMER, Franklin L. - *O Pensamento Europeu Moderno. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 1990.

BILLIG, Michael - *Banal Nationalism*. Los Angeles / London / New Delhi / Singapore / Washington DC: SAGE, 2010 [1995]. ISBN 978-0-8039-7524-8 ISBN 978-0-8039-7525-5

CHAKRABARTY, Dipesh - *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN-13: 978-0-691-04909-2 ISBN-10: 0-691-04909-2.

Council of the European Union - *Europe: giving shape to an idea*. Anthem Press, 2009. ISBN 978-92-824-2519-0

Eurocid. Cultura na UE: enquadramento [Em linha]. Última atualização: 2014-12-22 [14-4-2018]. Disponível em www: <URL: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8582>

Eurocid. 2008 - Ano Europeu do Diálogo Intercultural [Em linha]. Última atualização 2008-05-15 [14-4-2018]. Disponível em WWW: <URL: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=3701>

Eurocid. 2018 - Ano Europeu do Património Cultural [Em linha]. [14-4-2018]. Disponível em: <URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/news/comunicados/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/>>.

FLEWELLING, Ralph Tyler - *The Survival of Western Culture. An Inquiry into the problem of its Decline and Resurgence*. New York / London: Harper & Brothers Publishers, 1943.

GUILLEBAUD, Jean-Claude - L'Occident en crise. Qu'est-ce qui ne fonctionne plus? *Le Monde. La Vie. L'Histoire de L'Occident. Déclin ou métamorphose?* ISBN-10: 2368040242 ISBN-13: 978-2368040249. 2014, Hors-série, p. 168-169.

GASSET, Ortega y - *A Rebelião das Massas*. Lisboa: Relógio d'Água, 1989.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.) - *A Invenção das Tradições*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra. ISBN 85-219-0188-7.

LOURENÇO, Eduardo - Nacionalistas e Estrangeirados. In GASPAR, Jorge [et al.] (org.) - *Portugal e a Europa. Identidade e Diversidade*. Porto: ASA, 1991. ISBN 972-41-0753-1.

MARTINS, Estevão C. de Rezende - Europa: ideia, cultura, projeto – ‘europeidade’ como tarefa e como proposta. In VALENTE, Isabel Maria Feitas (coord.) – *Europa, Atlântico e o Mundo. Mobilidades, Crises, Dinâmicas Culturais. Pensar com Maria Manuela Tavares Ribeiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017, p. 73-98. ISBN 978-989-26-1335-2.

MORIN, Edgar - *Pensar Europa*. Barcelona: Edicions 62, 1989. ISBN 84-297-2891-0

RIBEIRO, António Pinto - *A Europa precisa de várias políticas culturais* [Em linha]. *Público/Ípsilon*, 2 de maio de 2014 [12.4.2018]. Disponível em www: <URL: <https://www.publico.pt/2014/05/02/culturaipsilon/noticia/a-europa-precisa-de-varias-politicas-culturais-333754>>.

ROUGEMONT, Denis - *Europa como probabilidade*. Madrid: Taurus Editiones, 1963.

SANDE, Paulo de Almeida - *Estados Unidos da Europa*. [Em linha]. Euroogle. Dicionários. Outubro de 2017 [10.4.2018]. Disponível em www: <<http://euroogle.com/dicionario.asp?definition=1004>>.

STEIN, George - *A Ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva, 2007. ISBN 978-989-616-022-7.

The Challenge of our Time: a series of essays. London: Percival Marshall, 1948.